

ENTREVISTA: JAQUELINE LUNA

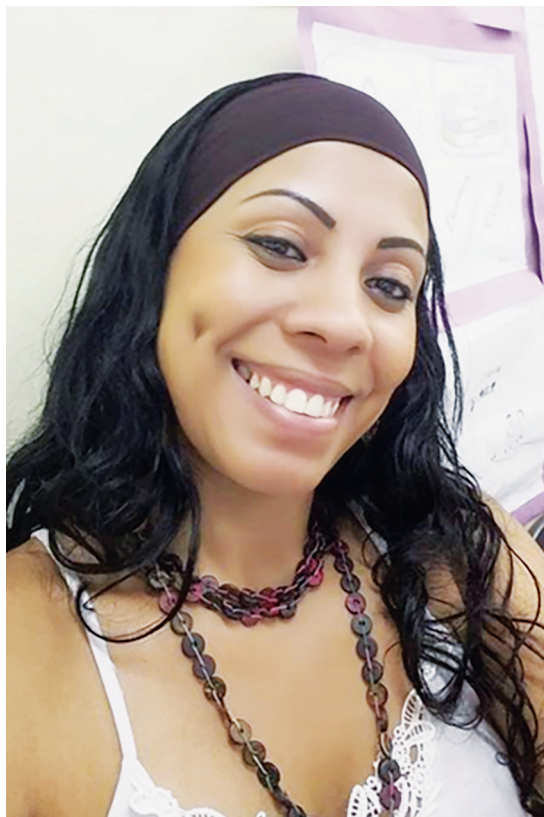
**CONCEDIDA A EDITORES
DA ARQUEIRO**

MARISA GOMES, OSILENE CRUZ E
RICARDO JANOARIO

REVISTA ARQUEIRO: Como você se tornou Tradutora-Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP)? Pode nos contar um pouco sobre sua trajetória?

JAQUELINE LUNA: Meu início como TILSP foi um tanto traumático, confesso. Por ser filha de pais surdos, imaginei que não seria diferente do que estava acostumada a fazer ao longo de toda a minha vida: interpretar. Não parecia ser um desafio. Quando iniciei o trabalho na escola, local da minha primeira experiência profissional, foi um choque, pois os surdos não eram meus amigos ou parentes, e sim alunos. Então, eu me dei conta da responsabilidade. Minha relação com os alunos era ótima, porém eles eram alunos e eu, a intérprete. Eu era a pessoa responsável por dar acesso aos conteúdos das aulas na sua primeira língua (L1).

Eu não sabia absolutamente nada sobre ética profissional e postura; ou como lidar com os conflitos que ocorriam em sala de aula, como lidar com o professor. Enfim, foi traumático. Desisti por algum



JAQUELINE LUNA

Mestranda em Diversidade e Inclusão pelo Programa de Pós-graduação Profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense (UFF); graduanda em Letras/Libras (Licenciatura) pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI); certificada em Proficiência na Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2010); graduada em Gestão Pública pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL, 2016); especialista em Libras pela Faculdade Futura (2018). Atualmente é tradutora-intérprete de Libras/Língua Portuguesa no Instituto Nacional de Educação de Surdos, lotada no Departamento de Ensino Superior, na equipe de Tradução. Tem experiência em traduções de textos acadêmicos, editais, manuais de orientação e avaliações bilíngues. Participa de interpretação simultânea em seminários, fóruns, congressos e aulas nos níveis Fundamental II, Ensino Médio, cursos técnicos e Ensino Superior.

tempo, busquei outro trabalho, tentei seguir, mas havia uma inquietação interna, uma vontade de voltar e me tornar profissional. Então, decidi voltar e buscar minha formação. Descobri que ser CODA¹ não fazia de mim uma TILSP.

REVISTA ARQUEIRO: O fato de ser CODA foi um diferencial na sua aquisição linguística (Libras e Língua Portuguesa)?

JAQUELINE LUNA: Sim, com certeza. Minha mãe sempre se orgulhou em dizer que aprendi Libras primeiro. Ela dizia que a televisão me ensinou Língua Portuguesa, mas que a Libras era uma herança linguística. Eu morava com meus pais e minha irmã. Toda a comunicação era em Libras, cresci aprendendo que a Libras não é meramente “mexer as mãos”, é muito mais: expressão facial, corporal... Tudo na pessoa fala. E essa aquisição foi natural. Algumas pessoas perguntam se foi difícil aprender Libras, e eu respondo que simplesmente não lembro. Geralmente, brinco e devolvo a pergunta, questionando se para elas foi difícil aprender a Língua Portuguesa [risos].

REVISTA ARQUEIRO: Em sua opinião, qual é efetivamente o papel do TILSP?

JAQUELINE LUNA: A lei que regulamenta nossa profissão, Lei nº 12.319/10, diz que o tradutor-intérprete é quem irá realizar a interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva, e deverá ter proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Por-

tuguesa. Esse é realmente nosso papel. Não é apenas uma definição genérica, é como funciona atualmente.

Infelizmente, nossa prática ainda é vista como generalista; entende-se que quem sabe Libras tem competência para e pode interpretar em qualquer contexto. Essa concepção prejudica muito não só o profissional, que acaba sendo cobrado como se fosse formado em todas as áreas possíveis; como também o público, que geralmente se sente prejudicado com a qualidade da interpretação.

REVISTA ARQUEIRO: Você concorda com a nomenclatura “intérprete educacional”? Essa nomenclatura condiz com o perfil profissional do intérprete que está inserido nos contextos escolares?

JAQUELINE LUNA: Concordo, ela é totalmente apropriada, uma vez que a dinâmica do contexto escolar é muito diferente da de um congresso, por exemplo. O intérprete educacional precisa realizar um trabalho conjunto com o professor da turma, pensar e buscar estratégias para que os conteúdos façam sentido para o aluno. O intérprete educacional não deve realizar uma interpretação “fria”, o que chamamos de palavra x sinal, pois muitos alunos não têm nem mesmo domínio da própria Libras.

Portanto, é importante que o intérprete educacional reflita sobre os sinais que irá utilizar, pois muitas vezes ele precisa explicar antes o que significa determinado termo/sinal, justamente para que, na explicação do professor, o que está

¹ Sigla em inglês para Child of Deaf Adults.

sendo dito tenha uma linha de entendimento e compreensão.

REVISTA ARQUEIRO: Na sua opinião, qual é a importância do TILSP no contexto escolar?

JAQUELINE LUNA: Ser intérprete educacional exige muito estudo do profissional, um aperfeiçoamento quase diário, pois sua presença é indispensável nas escolas inclusivas. A mediação envolve muito mais do que meramente uma mediação de línguas. Se pensarmos que a educação é a base de tudo, no caso dos alunos surdos, é essencial ter esses profissionais na escola e prezar pelos mais qualificados para dar suporte ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos. É necessário garantir que o aprendizado dos surdos esteja em igualdade com o dos alunos ouvintes.

REVISTA ARQUEIRO: Como você tem percebido o impacto da Lei nº 12.319/10, que regulamenta a profissão do tradutor-intérprete de Libras, na prática profissional do TILSP?

JAQUELINE LUNA: A regulamentação foi um passo importante. Sem dúvida, ter o reconhecimento da profissão é essencial. O problema é que boa parte dos profissionais desconhece o conteúdo dessa lei, com isso, muitos aspectos importantes são desrespeitados. Na lei consta que o intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo; pela

honestidade e pela discrição; e que deve proteger o direito de sigilo da informação recebida. Infelizmente, por falta de conhecimento ou por uma questão de imaturidade, não sei, inúmeras vezes presenciei situações em que essas normas foram negligenciadas.

REVISTA ARQUEIRO: Quais têm sido os avanços e os desafios do TILSP na educação de surdos?

JAQUELINE LUNA: O maior número de intérpretes atuantes está no espaço educacional. Esse foi um grande avanço, uma vez que possibilita ao surdo receber algo que é direito de todos — a educação. Os desafios são vários: é necessário ter materiais didáticos apropriados e metodologias eficientes, respeitando e entendendo a diferença linguística. O intérprete ainda assume o papel de ter de explicar para o corpo docente que a produção escrita do surdo não está errada e que a avaliação deve considerar a coerência, a coesão e o vocabulário, e não esperar que o texto seja escrito como o dos ouvintes, pois a Língua Portuguesa é a segunda língua do surdo. Outro exemplo é ter de explicar que o surdo é visual, e que por isso não é indicado passar como dever de casa a leitura de cinco páginas de um livro onde há apenas textos corridos. É importante fazer com que o professor entenda que o intérprete não é o professor; que quando o intérprete fala está sendo a voz do surdo, e não se envolvendo na aula.

REVISTA ARQUEIRO: Como você percebe a relação entre docente–intérprete–aluno surdo?

JAQUELINE LUNA: É uma relação que está em construção. Os personagens envolvidos geralmente tentam de alguma forma se adaptar. Para muitos professores, a presença do intérprete “incomoda”; isso acontece porque é algo relativamente novo.

O desconhecimento muitas vezes atrapalha e é um problema tanto da parte do professor como da parte do intérprete, o qual pode, de fato, não estar a par do seu papel. Conseqüentemente, os limites de atuação não se estabelecem previamente, dificultando o trabalho do intérprete, que acaba assumindo a responsabilidade pelo aluno.

Em geral, a relação com os alunos é boa. Em muitas escolas o intérprete é a única pessoa que se comunica com o surdo, é aquele que propicia uma relação além de intérprete × aluno. Por isso, o vínculo se torna maior, o que, em minha opinião, tem dois lados: o lado ruim, pois causa dependência do aluno pela figura do intérprete; e o lado bom, uma vez que é através da confiança que o aluno passa a ter nesse profissional que o trabalho e as estratégias a serem utilizadas podem ser pensadas de forma individual, a partir do conhecimento das dificuldades de cada um dos discentes.

REVISTA ARQUEIRO: Qual é sua opinião sobre a formação inicial e continuada do TILSP?

JAQUELINE LUNA: A formação é algo que me deixa um pouco aflita. Hoje, para ser um tradutor-intérprete de Libras profissional, é necessário ter graduação em Letras/Libras. Concordo que é importante, por questões linguísticas, mas acho que considerar profissional somente quem tem essa formação não se sustenta.

Conheço muitos profissionais excelentes que nunca cursaram Letras/Libras, os quais têm formação em outras áreas e, devido ao envolvimento com a comunidade surda, desenvolveram uma fluência invejável. Por outro lado, conheço profissionais formados no curso de Letras/Libras que dominam muito bem a teoria, mas que deixam a desejar na prática. Minha angústia é exatamente esta: em que momento minha teoria vai sobrepor à necessidade real de atuação, por exemplo, na sala de aula?

Conhecer pesquisadores e pensadores linguísticos é extremamente importante, mas não é o fator determinante para dizer se o intérprete é bom ou não. Um pedagogo com fluência em Libras/Língua Portuguesa poderá ser muito mais eficiente em campo do que um bacharel em Letras/Libras com conhecimentos teóricos, porém, com domínio intermediário da língua.

Com relação à formação continuada, considero importante. Libras é uma língua, ainda que em outra modalidade (gestual-visual). É uma língua reconhecida pela Lei nº 10.436/02. Assim como qualquer outra, é uma língua viva, então a atualização é indispensável.

O que desmotiva muitas vezes é a desvalorização desse profissional. O ideal é que cada área tenha um intérprete profissional com certo domínio técnico, e isso não corresponde à realidade. A sociedade ainda acredita que a pessoa que sabe Libras é automaticamente intérprete, e que, sendo intérprete, pode atuar em qualquer frente de trabalho. Gostaria que isso mudasse algum dia.

Seguindo meu raciocínio, vamos imaginar que, para ser um bom intérprete na área da Engenharia, o ideal é que o profissional conheça as especificidades da Engenharia, certo? Para isso, ele precisa fazer o quê? Estudar Engenharia. Mas se o intérprete se forma em Engenharia, com certeza ele abrirá mão de ser intérprete, não por incapacidade, pois agora já terá formação, mas pela desvalorização da profissão de intérprete.

A desvalorização a que me refiro é financeira, pois somos contratados geralmente como técnico-administrativos, cargo de nível médio. Desse modo, ter educação superior em geral não faz diferença em termos salariais. Não podemos nos esquecer, também e principalmente, da falta de reconhecimento da nossa importância na sociedade.

REVISTA ARQUEIRO: Se você pudesse acrescentar e/ou modificar algo na profissão do TILSP, o que faria? Por quê?

JAQUELINE LUNA: Mudaria o item/critério *formação*. Na minha opinião, o intérprete de Libras deve atuar por áreas de conhecimento. O médico, por exem-

plo, estuda para ser médico. O paciente irá a uma consulta para resolver um problema de saúde, e não para perguntar o que é necessário para a construção de um prédio. Então, por que o intérprete precisa conhecer todos os sinais de todas as áreas e interpretar qualquer tipo de evento ou situação?

Somos profissionais sim, mas não somos robôs. Isso interfere diretamente na qualidade da acessibilidade que é ofertada ao público surdo.